Notícias do dia 18 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 8

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Indicações políticas seguem sem espaço . . . 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
Alego aprova projeto que faz ajustes na Lei Orçamentária 2023 . . . 5

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Fim das sessões extras na Alego . . . 6

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - ESPECIAL
TCE - GO
Sessões extraordinárias convocadas por Caiado foram encerradas ontem, 17 . . . 8

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO
Deputados têm salário aumento após aprovação de projeto . . . 9

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alego aprova projeto que faz ajustes na Lei Orçamentária 2023 . . . 10

APARECIDANET.COM - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Gomide cobra funcionamento do aeroporto de cargas e do Centro de Convenções de Anápolis . . . 11

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Plenário aprova em 2ª votação ajustes na LDO de 2023 . . . 12

Indicações políticas seguem sem espaço

Governador Ronaldo Caiado (UB) dá sinais, segundo aliados,de poucas mudanças no seu secretariado (Foto: Diomicio Gomes)

A largada da reforma do secretariado com a nomeação de Francisco Sérvulo Freire Nogueira para a Secretaria Estadual de Administração (Sead) sinaliza, segundo aliados próximos, que o governador Ronaldo Caiado (UB) não tem disposição de ampliar muito o quadro de indicações políticas na equipe neste segundo mandato.

Apesar das pressões políticas em um contexto de aliança com partidos maiores nas eleições de 2022, a cúpula do governo avalia que o fato de Caiado ter vencido no primeiro turno e fragilidades de parte das siglas, com derrotas relevantes na sucessão, dariam liberdade ao governador para priorizar escolhas técnicas e da cota pessoal, como foi no primeiro mandato.

Caiado já sinalizou para a permanência de boa parte dos auxiliares do primeiro escalão e, nas últimas duas definições, optou por servidores de carreira: o procurador do Estado Jorge Pinchemel que se tornou titular da Casa Civil no final do ano passado, depois de um ano como interino, e Sérvulo agora na Sead.

O governador também já definiu o novo comando da Agência Goiana de Infraestrutura e Obras (Goinfra), com a nomeação também técnica de Lucas Vissoto, ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit). A Goinfra passará a ser subordinada à Secretaria de Infraestrutura, a ser criada e que ficará sob o comando de Pedro Henrique Salles, antes titular da agência e que atualmente preside a **Agência Goiana de Habitação** (**Agehab**).

O POPULAR mostrou em 18 de dezembro a ansiedade de lideranças políticas sobre a distribuição de cargos no governo estadual. Nos bastidores, eles cobravam o início do diálogo para as definições. Por conta da decisão de promover reforma da estrutura administrativa apenas na nova legislatura da Assembleia Legislativa de **Goiás**, em fevereiro, e do repouso por recomendação médica do governador, submetido a cirurgia cardíaca no mês passado, o processo ficou mais lento.

A nomeação de Sérvulo, antecipada pelo POPULAR, foi publicada na tarde desta terça-feira no Diário Oficial do Estado. Ele era secretário-adjunto da Secretaria da Economia, vice-presidente do Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios (Coíndice) e presidente do Conselho de Administração da Saneago. Servidor de carreira do Ministério do Planejamento, foi nomeado no governo goiano em janeiro de 2019, no início da primeira gestão de Caiado.

Sérvulo também participou do Grupo Especial de Planejamento e Inovação (Gepi), coordenado pelo secretário-geral da Governadoria, Adriano da Rocha Lima, para definir as prioridades para o primeiro ano do segundo mandato de Caiado.

A Sead, responsável pela folha de pagamento de pessoal do governo e da realização de concursos, estava sob comando interino do subsecretário de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Alexandre Demartini Rodrigues, desde 4 de novembro, com a saída a pedido de Bruno D´Abadia, que retornou ao cargo efetivo na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Enquanto discute a equipe, Caiado também avança na definição da reforma administrativa. Embora o quadro não esteja fechado, a intenção é enviar o projeto à Assembleia Legislativa de **Goiás** logo no início da nova legislatura, em fevereiro.

A coligação de Caiado na disputa eleitoral do ano passado contou com 12 partidos, inclui a maior sigla do estado em número de filiados, o MDB, mais o PP, PSD, PDT e SD.

Continuidade

Caiado já sinalizou que manterá os titulares de pastas estratégicas, como Desenvolvimento Social, Educação, Saúde e Infraestrutura. Se optar por criar a Secretaria de Planejamento, é certo que será comandada por Adriano. Há tendência de que a Secretaria da Economia também continue com Cristiane Schmidt.

Embora admita que a coligação maior representa expectativa por cargos no primeiro escalão, o governador tem repetido que seus aliados respeitam suas decisões. "As pessoas já conhecem Ronaldo Caiado, sabem da minha maneira de agir e sempre me deram muita autonomia para governar. Não é esse estilo de toma-lá-dá-cá. Transformar governo em capitania hereditária não dá certo", afirmou no dia seguinte à eleição, em 4 de outubro, em entrevista ao Grupo Jaime Câmara.

Os partidos, no entanto, vêm emitindo sinais sobre seus interesses. Nos últimos dias, o PP reivindicou o comando da Saneago. O partido tem hoje a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), comandada por Joel Sant´Anna Braga, irmão do presidente do diretório estadual Alexandre Baldy e cotado agora para assumir o cargo.

O PDT está de olho no Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). O MDB deve ficar com a Secretaria de Comunicação (Secom), mas nos bastidores tem apetite por mais espaço. Há especulações sobre a **Agência Goiana de Habitação** (**Agehab**) e a Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi).

O comando do PSD também já manifestou que considera natural participar do governo, mas não fala de espaços específicos. Os deputados federal Francisco Júnior e estadual Max Menezes, não reeleitos, e os dirigentes Vilmar Rocha e Simeyzon Silveira seriam possíveis indicações do partido.

No Solidariedade, o deputado federal Lucas Vergílio, que não conseguiu se reeleger, é cotado para assumir a Secretaria de Esportes, já ocupada por indicação do partido - Henderson Rodrigues.

Governistas próximos a Caiado dizem que o apetite dos partidos é desproporcional ao desempenho na campanha. Saneago ao PP, por exemplo, estaria descartada. Baldy ficou em quarto lugar na disputa ao Senado. Eles citam ainda o PSD, que se dividiu na eleição e tem atualmente duas lideranças que se distanciaram do governo - o senador Vanderlan Cardoso e o presidente da **Alego**, Lissauer Vieira.

Propostas saem da pauta e Assembleia encerra extra

Com a confirmação da retirada de pauta das propostas sobre cargos de chefia e aumento de gratificações nas Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), a Casa encerrou os trabalhos da convocação extraordinária nesta terça-feira (17) com a aprovação dos dois projetos de lei enviados pelo governo estadual que tratam de aumento de gastos com pessoal.

Passaram na segunda votação a adequação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para incluir despesas dos tribunais de contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da **Alego**, e a correção da lei que criou a verba indenizatória, incluindo efetivos em cargos de chefia como beneficiários. O projeto que altera a LDO também incluiu despesas com contratações temporárias para o Complexo Regulador em Saúde do Estado, com impacto anual calculado em R$ 13,7 milhões.

Conforme O POPULAR informou, o deputado estadual Bruno Peixoto (UB) - atual líder do Governo na **Alego** e que caminha para ser o novo presidente - e o deputado Coronel Adailton (PRTB) eram os articuladores das propostas, apresentadas na segunda-feira (16), que retiravam a obrigação de que dois cargos da diretoria da Casa fossem ocupados por servidores efetivos. Bruno também propôs a criação de quatro funções especiais de confiança, para cargos efetivos, no valor de R$7 mil.

As propostas geraram protestos de policiais legislativos e desgastes políticos, além de alertas da Secretaria da Economia sobre possibilidade de aumento de despesas. Bruno e Adailton então optaram pelo recuo ainda na segunda-feira. Embora tenham sido retiradas de pauta, elas podem ser reapresentadas na próxima legislatura, que tem início no dia 1e. (Fabiana Puleineli)

Site: https://opopular.com.br/digital/18-janeiro-2023/opopular

Alego aprova projeto que faz ajustes na Lei Orçamentária 2023

A Assembléia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) aprovou, em segunda votação, na sessão extraordinária híbrida realizada nesta terça-feira, 17, o projeto de lei, de autoria da Governadoria, que faz ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023. A matéria segue, agora, para a sanção do Poder Executivo.

A ideia é contemplar os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e na própria Assembléia. A propositura também inclui a previsão de contratação temporária para operacionalização do Complexo Regulador em Saúde do Estado de **Goiás** (CRE).

A matéria faz adequações na LDO para possibilitar a efetivação de montante no Orçamento de 2023. Serão R$ 152,3 mil/ anuais para **TCE**-GO e 1,2 milhão/anual para o TCM. Quando à **Alego**, o acréscimo tem fundamento no aumento do salário dos parlamentares, onde serão acrescidos R$ 1,4 milhão em R$ 2023, conforme a propositura enviada pelo Executivo.

Já o impacto no orçamento deste ano relativo à contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador será de R$13,7 milhões.

"Trata-se de adequação necessária porque com será indicada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO a previsão dos recursos para suportar as referidas despesas" justifica o Governaria.

Relator da matéria na Comissão Mista, deputado Wilde Cambão (PSD) argumenta que a aprovação da matéria é uma adequação a legislação federal.

"É um efeito cascata. Foi aprovado no Congresso e fizemos adequações. Não há aumento real em repasse para a Assembléia.

A Casa deve até devolver recursos"

Deputados encerram período de sessões extras

Site: https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230118&p=1

Fim das sessões extras na Alego

Na sessão extraordinária híbrida desta terça-feira, 17, os parlamentares aprovaram dois projetos de lei da Governadoria do Estado, ambos em fase de votação definitiva, e que, portanto, estão aptos a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (UB). A plenária de hoje encerrou o período de convocação de sessões extraordinárias solicitado pelo chefe do Executivo goiano. Antes de encerrar os trabalhos, no exercício da presidência, o deputado Álvaro Guimarães (UB) convocou uma sessão solene para o próximo dia 1º, às 14 horas, quando serão empossados os parlamentares que comporão a 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa de **Goiás**.

A propositura de nº 017/23, protagonista desse período de convocação, abriu as votações da Ordem do Dia. A matéria, que recebeu o aval do Plenário em segunda e definitiva etapa, altera a Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O objetivo é contemplar os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e da própria Assembleia. A propositura também inclui a previsão de contratação temporária para operacionalização do Complexo Regulador em Saúde do Estado de **Goiás** (CRE).

A matéria faz adequações na LDO para possibilitar a efetivação de montante no Orçamento de 2023.

Serão R$ 152,3 mil/anuais para **TCE**-GO e 1,2 milhão/ anual para o TCM. Quanto à **Alego**, o acréscimo tem fundamento no aumento do salário dos parlamentares, com acréscimo de R$ 1,4 milhão em 2023, conforme a propositura enviada pelo Governo. Já o impacto no orçamento deste ano relativo à contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador será de R$13,7 milhões.

Já a proposição de nº 022/23, que também avançou, em Plenário, em última fase, e que segue para a sanção do Executivo, faz alterações na Lei Estadual nº 21.761, de 29 de dezembro de 2022. Na legislação em questão, duas leis estaduais tiveram alterações anteriores: a Lei n° 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo; e a Lei n° 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023 (LDO).

A alteração que consta no texto enviado pelo governador Ronaldo Caiado busca corrigir um erro material constante em propositura encaminhada, anteriormente, à **Alego**, que resultou na Lei Estadual nº 21.761. O art. 22 da referida norma previu a possibilidade de pagamento de verba indenizatória apenas aos ocupantes de cargos em comissão que não sejam titulares de cargo de provimento efetivo. Assim, o dispositivo deixou de prever a situação dos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão que também podem ser contemplados com a verba indenizatória de que trata o dispositivo. A alteração proposta eliminará a inadequada discriminação existente no art. 22 da lei.

Outras manifestações Anteriormente, durante a fase de apresentação de matérias, três deputados protocolaram requerimentos junto à Mesa diretora.

Um deles, assinado pelo presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), solicitou a retirada de dois projetos de pauta. São as proposições de n° 0024/23 e de n° 0025/23, ambas de autoria da Mesa Diretora da Casa.

O primeiro prevê alteração na Resolução nº 1.007/99, que versa sobre a estrutura administrativa e institui o plano de classificação de cargos da Secretaria da **Alego**.

O objetivo é flexibilizar a assunção de cargos de diretoria nas áreas de Saúde e Polícia Legislativa da Assembleia.

Já o segundo, sugere alterar a Lei nº 13.460/99, que fixa a tabela de vencimentos dos cargos constantes do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** e a dos Quadros de Pessoal da Procuradoria- -Geral da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**.

O deputado Antônio Gomide (PT) apresentou requerimento, encaminhado ao governador Ronaldo Caiado e à Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi), Márcio César Pereira. O parlamentar solicitou o funcionamento do Centro de Convenções da cidade de Anápolis. "Está parado há quatro anos e, hoje, é um grande elefante branco sem nenhuma serventia", argumentou. Gomide também pediu uma moção de aplauso por parte da Assembleia Legislativa pelo Dia da Universidade, comemorado, anualmente, em 18 de janeiro.

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/dc---1363.pdf

Por sua vez, o deputado Chico KGL (UB) apresentou requerimento para reivindicar a instalação de lombadas eletrônicas na **rodovia** GO-174, especificamente no km 15 e 16, no município de Rio Verde.

Discursos A deputada Lêda Borges (PSDB) aproveitou a oportunidade para se despedir da **Alego** e proferir agradecimentos aos colegas parlamentares. Ela reconheceu que a assessoria da Mesa Diretora, todos os servidores, técnicos, seguranças e imprensa da Casa, sempre a trataram com muito carinho, respeito e dedicação. "Agradeço, também, aos meus colegas deputados desta Legislatura, aos meus assessores parlamentares, aos servidores do meu gabinete e, principalmente, a Deus e ao povo goiano que me deu essa oportunidade de ser deputada federal, defendendo os interesses de **Goiás** e do País na Câmara Federal".

Lêda pontuou, ainda, que a região do Entorno de Brasília cresceu muito em representatividade com a reeleição do deputado Wilde Cambão (PSD) e com a eleição de novos parlamentares para representar a segunda maior região eleitoral do estado.

"Faço, também, uma referência ao presidente Lissauer Vieira e à Mesa Diretora, pela forma justa e honesta que geriu essa Casa de Leis e olhou por nós parlamentares. Jamais poderia ter sido uma deputada combativa como fui se não tivesse o apoio do presidente e o respeito dos meus colegas. Agradeço, ainda, ao deputado Helio de Sousa (PSDB), meu parceiro de partido, por todo legado e amizade", se despediu Lêda.

Em seu momento na tribuna, o deputado Wilde Cambão agradeceu ao governador Ronaldo Caiado pelo trabalho realizado na região do Entorno do Distrito Federal (DF). "Nossa região foi esquecida por muitos anos, onde sofríamos com a falta de infraestrutura, mas isso mudou com a gestão de Ronaldo Caiado. Hoje, temos orgulho de dizer que o Entorno do Distrito Federal recebe muitas **obras** e benefícios que mostram o comprometimento do Governo de **Goiás** com a população".

Wilde Cambão destacou, ainda, o crescimento no número de parlamentares que irão representar o Entorno do DF na Assembleia Legislativa de **Goiás**.

"Teremos mais vozes para defender uma região que é tão importante para o nosso estado", disse. Cambão encerrou seu discurso agradecendo a equipe que compõe o Governo de **Goiás**. "Obrigado por todo o apoio que deram nesse crescimento que o Entorno atingiu durante esses quatro últimos anos", concluiu.

Sessões extraordinárias convocadas por Caiado foram encerradas ontem, 17

Na sessão extraordinária híbrida de ontem, 17, os parlamentares aprovaram dois projetos de lei da Governadoria do Estado, ambos em fase de votação definitiva e que, portanto, estão aptos a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (UB). A plenária desta terça-feira encerrou o período de convocação de sessões extraordinárias solicitado pelo chefe do Executivo goiano.

Antes de encerrar os trabalhos, no exercício da presidência, o deputado Álvaro Guimarães (UB) convocou uma sessão solene para o próximo dia 1º, às 14h, quando serão empossados os parlamentares que comporão a 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa de **Goiás**.

A propositura de nº 017/23, protagonista desse período de convocação, abriu as votações da Ordem do Dia. A matéria, que recebeu o aval do Plenário em segunda e definitiva etapa, altera a Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O objetivo é contemplar os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e da própria Assembleia.

A propositura também inclui a previsão de contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador em Saúde do Estado de **Goiás**.

A matéria faz adequações na LDO para possibilitar a efetivação de montante no Orçamento de 2023.

Serão R$ 152,3 mil/ anuais para **TCE**-GO e 1,2 milhão/anual para o TCM. Quanto à **Alego**, o acréscimo tem fundamento no aumento do salário dos parlamentares, com acréscimo de R$ 1,4 milhão em 2023, conforme a propositura enviada pelo governo. Já o impacto no orçamento deste ano relativo à contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador será de R$13,7 milhões.

Já a proposição de nº 022/23, que também avançou, em Plenário, em última fase, e que segue para a sanção do Executivo, faz alterações na Lei Estadual nº 21.761, de 29 de dezembro de 2022. Na legislação em questão, duas leis estaduais tiveram alterações anteriores: a Lei n° 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo; e a Lei n° 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023 (LDO).

A alteração que consta no texto enviado pelo governador Ronaldo Caiado busca corrigir um erro material constante em propositura encaminhada, anteriormente, à **Alego**, que resultou na Lei Estadual nº 21.761. O art. 22 da referida norma previu a possibilidade de pagamento de verba indenizatória apenas aos ocupantes de cargos em comissão que não sejam titulares de cargo de provimento efetivo. Assim, o dispositivo deixou de prever a situação dos servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão que também podem ser contemplados com a verba indenizatória de que trata o dispositivo.

A alteração proposta eliminará a inadequada discriminação existente no Art.

22 da lei.

Site: file:///C:/Users/maria/Downloads/diario-de-aparecida-3208.pdf

Deputados têm salário aumento após aprovação de projeto

Projeto de Lei que altera as diretrizes orçamentárias foi aprovado em definitivo.

Assunto(s): **TCE GOIÁS**, GOVERNADOR RONALDO CAIADO

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/01/18/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-08.22.49-08.24.00-1674041915.mp4

Alego aprova projeto que faz ajustes na Lei Orçamentária 2023

Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) aprovou, em segunda votação, na sessão extraordinária híbrida realizada nesta terça-feira, 17, o projeto de lei, de autoria da Governadoria, que faz ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023. A matéria segue, agora, para a sanção do Poder Executivo.

A ideia é contemplar os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e na própria Assembleia. A propositura também inclui a previsão de contratação temporária para operacionalização do Complexo Regulador em Saúde do Estado de **Goiás** (CRE).

A matéria faz adequações na LDO para possibilitar a efetivação de montante no Orçamento de 2023. Serão R$ 152,3 mil/anuais para **TCE**-GO e 1,2 milhão/anual para o TCM. Quando à **Alego**, o acréscimo tem fundamento no aumento do salário dos parlamentares, onde serão acrescidos R$ 1,4 milhão em R$ 2023, conforme a propositura enviada pelo Executivo. Já o impacto no orçamento deste ano relativo à contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador será de R$13,7 milhões.

"Trata-se de adequação necessária porque com será indicada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO a previsão dos recursos para suportar as referidas despesas", justifica o Governaria.

Relator da matéria na Comissão Mista, deputado Wilde Cambão (PSD) argumenta que a aprovação da matéria é uma adequação a legislação federal. "É um efeito cascata. Foi aprovado no Congresso e fizemos adequações. Não há aumento real em repasse para a Assembleia. A Casa deve até devolver recursos"

Site: https://www.dm.com.br/politica-3/alego-aprova-projeto-que-faz-ajustes-na-lei-orcamentaria-2023-118925

Gomide cobra funcionamento do aeroporto de cargas e do Centro de Convenções de Anápolis

CATEGORIAS

O deputado Antônio Gomide (PT) apresentou requerimento na sessão de ontem na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, encaminhado ao governador Ronaldo Caiado (UB) e ao titular da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação, Márcio César Pereira, solicitando o funcionamento do Centro de Convenções da cidade de Anápolis.

Durante a reunião da Comissão Mista, ao discutir o projeto nº 017/23 , da Governadoria, o deputado Antônio Gomide (PT) declarou seu voto favorável ao relatório pela aprovação da matéria que trata da contratação de servidores, e fez uma ressalva:

"Votarei favoravelmente, mas preciso ressaltar que o governador, Ronaldo Caiado (UB), deveria ter dado prioridade à contratação de aprovados no último concurso público. Caso não haja mais candidatos no cadastro de reserva, que se realizasse um novo certame. É preciso que valorizemos os servidores efetivos no nosso Estado, são profissionais que estudam, se qualificam e fazem a diferença", afirmou.

A matéria altera a Lei Estadual nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023 (LDO). A ideia é contemplar, no projeto de nº 17/23, já protocolado na Assembleia Legislativa, os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e da própria Assembleia.

Com informações da Agência de Notícias da **Alego**

O deputado Antônio Gomide (PT) apresentou requerimento na sessão de ontem na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás**, encaminhado ao governador Ronaldo Caiado (UB) e ao titular da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação, Márcio César Pereira, solicitando o funcionamento do Centro de Convenções da cidade de Anápolis.

"Está parado há quatro anos e hoje é um grande elefante branco sem nenhuma serventia", argumentou.

Depois, o parlamentar ainda pediu uma moção de aplauso por parte da Assembleia Legislativa pelo Dia da Universidade, comemorado anualmente em 18 de janeiro.

Durante a reunião da Comissão Mista, ao discutir o projeto nº 017/23 , da Governadoria, o deputado Antônio Gomide (PT) declarou seu voto favorável ao relatório pela aprovação da matéria que trata da contratação de servidores, e fez uma ressalva:

"Votarei favoravelmente, mas preciso ressaltar que o governador, Ronaldo Caiado (UB), deveria ter dado prioridade à contratação de aprovados no último concurso público. Caso não haja mais candidatos no cadastro de reserva, que se realizasse um novo certame. É preciso que valorizemos os servidores efetivos no nosso Estado, são profissionais que estudam, se qualificam e fazem a diferença", afirmou.

A matéria altera a Lei Estadual nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023 (LDO). A ideia é contemplar, no projeto de nº 17/23, já protocolado na Assembleia Legislativa, os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e da própria Assembleia.

Com informações da Agência de Notícias da **Alego**

Site: https://aparecidanet.com.br/gomide-cobra-funcionamento-do-aeroporto-de-cargas-e-do-centro-de-convencoes-de-anapolis/

Plenário aprova em 2ª votação ajustes na LDO de 2023

Por Redação Tribuna do Planalto

O Plenário aprovou, em segunda votação, na sessão extraordinária desta nesta terça-feira, 17, o projeto de lei n° 017/23 , oriundo da Governadoria. A matéria altera a Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que versa sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

A ideia é contemplar os acréscimos de despesas com pessoal do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e da própria Assembleia. A propositura também inclui a previsão de contratação temporária para operacionalização do Complexo Regulador em Saúde do Estado de **Goiás** (CRE).

A matéria faz adequações na LDO para possibilitar a efetivação de montante no Orçamento de 2023. Serão R$ 152,3 mil/anuais para o **TCE**-GO e 1,2 milhão/anual para o TCM. Quando à **Alego**, o acréscimo tem fundamento no aumento do salário dos parlamentares, pelo qual serão acrescidos R$ 1,4 milhão em R$ 2023, conforme a propositura enviada pelo Executivo. Já o impacto no orçamento deste ano, relativo à contratação temporária para a operacionalização do Complexo Regulador, será de R$13,7 milhões.

A matéria segue, agora, para a sanção do Poder Executivo.

Site: https://tribunadoplanalto.com.br/plenario-aprova-em-2a-votacao-ajustes-na-ldo-de-2023/